

## **A GUERRA DO PARAGUAI NO PIAUÍ:**

### **A batalha pelas vontades entre políticos e jornais**

Elton Larry Valerio<sup>1</sup> (IFPI/UFRGS)

[elton.larry@ifpi.edu.br](mailto:elton.larry@ifpi.edu.br)

**RESUMO:** O presente trabalho se configura numa tentativa de pensar a convocação de combatentes para a Guerra do Paraguai (1864-1870) dentro do contexto de apogeu do Segundo Reinado (1840-1889) e seu processo civilizatório, encabeçado pelos políticos do Partido Conservador (MATTOS, 1987). Utilizando como base jornais que circularam no Piauí a época, como “A Imprensa” e as falas do presidente da província buscamos chamar atenção para o uso social do conflito e as diferentes formas de subjetivação popular que o conflito causou na antiga província do Piauí.

**Palavras-chave:** Guerra do Paraguai, Imprensa, Piauí.

## **O AUGE DO IMPÉRIO DO BRASIL**

A história do Segundo Reinado no Brasil pode ser dividida em fases como preparação (1840-1850), apogeu (1850-1870) e declínio (1870-1889). No presente texto, a análise recairá sobre o período considerado o apogeu do reinado de Dom Pedro II. O Império do Brasil era governado por Dom Pedro II, que assumiu o poder com quinze anos incompletos em meados de julho de 1840 por conta dos desdobramentos de uma série de fatores, entre os quais podem ser apontados a abdicação de Dom Pedro I em 1831, as conturbações do Período Regencial, a formação do Clube da Maioridade, que defendeu e fez campanha pela ascensão do jovem Dom Pedro de Alcântara ao poder, mesmo que não contasse com a idade mínima para isso. A partir de 1847 na monarquia brasileira se desenvolveu um parlamentarismo peculiar, “à brasileira”, pois o Imperador daria a última palavra nas decisões políticas do governo por acumular em suas mãos dois dos quatro poderes previstos pela carta constitucional de 1824: o Executivo e o Moderador.

O usufruto do Poder Moderador por Dom Pedro II para muitos quebrava a aparente normalidade do sistema político brasileiro. Conforme se tornava mais maduro, o Imperador manobrava com habilidade cada vez maior as peças do jogo político brasileiro (CARVALHO, 2007). Políticos de destaque como Nabuco de Araújo e Zacarias de Góis criticaram abertamente a proeminência do Executivo sobre os outros poderes

---

<sup>1</sup> Professor do IFPI Campus Teresina Central, doutorando em História pela UFRGS.

durante o Império. José Murilo de Carvalho em diversos escritos defende a legitimidade daquele sistema, apontando vantagens como, por exemplo, o impedimento que um ou outro grupo político se apoderasse de forma permanente do poder, servindo de árbitro para as lutas entre as facções. (CARVALHO, 2007)

O sistema partidário no Segundo Reinado (1840-1889) estava dividido entre os membros do Partido Conservador – os saquaremas – e os membros do Partido Liberal – Luzias. Havia poucas mudanças de partido e quem a praticasse era visto como criminoso imperdoável. Os Conservadores defendiam a centralização do poder, enquanto os Liberais eram defensores da descentralização, com autonomia para as províncias.

Embora ressoe até hoje a afirmação de Holanda Cavalcanti: “Não há nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder”, Ilmar Rohloff de Barros em “O tempo saquarema” aponta a predominância dos conservadores na cena política imperial, impondo seus modos de pensar o país e confundindo suas atitudes com o próprio funcionamento do Império do Brasil. Tinham fortes posições seja em relação a seus contrários, como Diogo Antônio Feijó (1784-1843) visto como perigoso e cheio de ideias criminosas de liberdade (1987:49), quanto em organizar o ‘Império de três mundos’ com base no burocrata ou senhor de terras, que era o elemento responsável pela organização de um sistema nacional de instituições e pela definição da ordem pública (1987:137).

Naquele período o café dominava a cena econômica, sendo produzido para o mercado externo primeiramente na região do Vale do Paraíba e após isso no Oeste paulista, de onde surgem os poderosos “Barões do café”, representantes da elite política que décadas mais tarde dominaria a política nacional, na chamada „República Velha. Além do café, produtos como a borracha seriam importantes no final do século XIX e início do seguinte, além de zonas produtoras de açúcar, cacau, tabaco, pecuária, bem como as atividades de subsistência: arroz, feijão, mandioca e outras menos citadas.

A sociedade brasileira continuava rural, próxima dos moldes herdados da colonização lusitana. A permissão de que analfabetos tivessem direito a voto presente na Constituição de 1824 é indício do baixíssimo nível de escolaridade dos brasileiros, incluindo suas classes mais privilegiadas economicamente. Essa situação começa a mudar com a criação de Faculdades de Direito e de Medicina no Império. O acesso mais fácil ao ensino superior – para as famílias de posses – criou uma nova classe de letrados,

representada principalmente pelos bacharéis em direito, interessados em autores como Darwin, Spencer, Schopenhauer, Nietzsche e outros, contribuindo para minar parte das formas de pensamento vistas por eles como arcaicas. No Piauí se destaca uma plêiade com nomes do porte de Abdias Neves, Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e outros (QUEIROZ, 1998).

Desdobramento de um aumento na escolarização nas camadas médias e altas da população brasileira, assim como do acirramento das disputas políticas, a imprensa escrita teve um papel de destaque no Segundo Reinado. Uma das preocupações do próprio Dom Pedro II era a garantia de liberdade de imprensa, pois afirmava serem esta e a tribuna as principais formas de conhecer o que realmente se passava no país. Vítima que era de uma série de ataques por parte desta mesma imprensa, afirmava à Princesa Isabel resignado: “Os ataques ao Imperador [...] não devem ser considerados pessoais, mas apenas manejo ou desabafo partidário” (CARVALHO,2007:89) Esse autor afirma ser a liberdade de imprensa tamanha no Brasil que chegava a causar estranhamento a vários diplomatas e/ou observadores estrangeiros.

O Brasil imperial, por diversos pontos apresentados acima, se considerava moderno. Os hábitos estrangeiros, sobretudo franceses, o consumo de uma literatura diferenciada por parte das elites nacionais, o enriquecimento dos cafeicultores e outros grupos econômicos colocam o país em busca da modernidade. No Piauí, cuja primeira capital foi a cidade de Oeiras, se discutia a mudança da capital para local mais propenso ao comércio fluvial, o que melhoraria as relações entre a capital piauiense e a região do meio norte brasileiro.

A mudança da capital para Teresina significou a inserção do Piauí em uma economia onde o comércio, e não mais as atividades primárias, era o principal responsável pela economia. A proximidade com o Rio Parnaíba tornou a nova capital uma cidade dedicada principalmente ao comércio fluvial. Para fomentar o comércio é criada em 1858 a Companhia de Navegação do Rio Parnaíba, e no ano seguinte chega ao Piauí o vapor Uruçuí, cuja construção foi contratada pelo Presidente Provincial João José de Oliveira Junqueira (1857- 1858). Entretanto, não foi apenas a economia que foi modificada pela mudança da capital. Os rumos políticos da província também foram afetados por essa mudança. Essas mudanças políticas podem ser ilustradas ao citar Manuel de Sousa

Martins (1767-1856) que governou o Piauí de forma quase ininterrupta por cerca de vinte anos. Após a saída da capital de Oeiras, a estrela política do Barão da Parnaíba entrou em acelerado processo de enfraquecimento político. Além disso, o aumento de oportunidades causado pela fundação de Teresina requereu o aumento do número de profissionais qualificados, o que encorajou as famílias mais favorecidas a enviar seus filhos a centros mais avançados, principalmente com destino ao Recife para estudar na Faculdade de Direito (QUEIROZ,1998).

### **A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA**

A região do Rio da Prata era alvo das pretensões brasileiras desde os idos coloniais, quando Espanha e Portugal faziam os papéis que Argentina, Brasil e Paraguai fariam no século XIX (BETHELL, 1995) Os sucessivos confrontos na região fronteiriça do atual Rio Grande do Sul com os colonos espanhóis assim como diversos tratados de fronteiras – como o Tratado de Madri, assinado em 1750 – dão a tônica dessas disputas.

No século XIX, depois das independências de Estados como Argentina, Brasil, Paraguai e outros, surgem interesses de organização e imposição de seus modelos de Estado Nacional. As províncias da Confederação Argentina lutam contra a tentativa da imposição centralizadora de Buenos Aires. No Paraguai, a combinação entre ditadura, isolacionismo e minifúndio se impôs, com 3 presidentes no intervalo de 59 anos (1811-1870) e ainda tendo de lutar contra as pretensões expansionistas da Argentina. O Brasil se caracterizava pelo conservadorismo de um sistema imperial e escravocrata, que também se pretendia guerreiro (NOVAIS,1995:81-86)

Antes do início da Guerra do Paraguai houve intervenções brasileiras nas Repúblicas da Argentina e do Uruguai, com a queda de presidentes. Na questão de Aguirre em 1864, a diplomacia do Império não foi suficiente para impedir o confronto armado, embora a missão contasse naquele momento com a habilidade de José Antônio Saraiva, “[...] o grande negociador, o homem para os momentos de impasse político” (CARVALHO,2007:60).

Em dezembro de 1864 um navio brasileiro foi apreendido pelo governo paraguaio. A partir daí a tensão entre os dois países vai aumentando até que forças paraguaias invadem o território brasileiro sem declaração formal de guerra. O conflito é visto como

resultado dos desdobramentos da política externa dos países interessados na região do Prata (DORATIOTO, 2002).

No início da Guerra, o Exército brasileiro era uma força desaparelhada que não inspirava confiança em setores da elite brasileira. Contando com um efetivo entre 17 e 20 mil homens, era a força militar responsável pela defesa do território brasileiro em caso de invasão externa, acrescida por forças policiais e da Guarda Nacional (BETHELL,1995:28) As forças militares nacionais passariam por uma série de modificações no decorrer do conflito, saindo dele transformadas e com poder de transformar a realidade política brasileira.

Durante a Guerra do Paraguai houve quatro gabinetes ministeriais. O gabinete Furtado iniciado em 31 de agosto de 1864 durou até 12 de maio do ano seguinte, quando o Marquês de Olinda assumiu o posto de Presidente do Conselho de Ministros. Cargo no qual foi substituído pelo liberal Zacarias de Góis e Vasconcelos em 03 de agosto de 1866 (DUARTE,1981:18). Os liberais progressistas dominavam a cena política brasileira desde 1862, mas desentendimentos entre dois dos maiores chefes políticos do Império, o liberal Zacarias de Góis, crítico ferrenho do Poder moderador; e o saquarema Caxias provocaram a demissão do gabinete progressista e a ascensão política dos conservadores com a subida de Joaquim José Rodrigues, Visconde de Itaboraá ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros (CARVALHO,2007).

A Guerra do Paraguai, também conhecida na América latina como *Guerra da Tríplice Aliança* ou *La Guerra Grande*, proporcionou uma aproximação considerada impensável anos antes entre Argentina e Brasil<sup>2</sup>, trazendo de arrasto a República do Uruguai, além de colocar parte da opinião pública internacional contra a ação brasileira contra o Paraguai, em um conflito onde o Brasil reivindicava o papel de país civilizados em conflito com uma nação pouco civilizada.

O conflito contra o Paraguai mobilizou as províncias, obrigando seus governantes a enviar contingentes regulares para o esforço de guerra que se desenvolveu na segunda metade da década de 1860. Líderes e heróis militares fazem parte da construção de uma narrativa sobre a guerra, mas “[...] não nos esqueçamos dos três mil e tantos piauienses

---

<sup>2</sup> Sobre as reservas dos políticos brasileiros com relação à aliança com os argentinos, confira a obra de Francisco Doratioto *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*.

que acudiram ao primeiro chamado, e partiram para a campanha longínqua, donde poucos regressaram a seus lares” (NUNES IV,2007:226).

Piauienses dos mais abastados aos mais humildes foram para a guerra e contribuíram com a vitória brasileira, ofertando seu sangue, suor e esperanças. O que os fazia marchar ao Paraguai? Quais estratégias de convencimento foram utilizadas?

### **A IMPRENSA PIAUIENSE**

Os jornais no Brasil são vistos como veículos culturais desde a Gazeta (1808) criada devido a chegada da Família Real lusa em terras portuguesas. No Piauí Imperial observamos dezenas deles, sendo que no período da Guerra contra o Paraguai se destacaram “A Imprensa”, periódico ligado ao Partido Liberal e “O Piauhy”, representante do Partido Conservador. Antes do primeiro jornal piauiense citado, podemos citar o jornal “Liga e Progresso”, ligado aos liberais.

Assim como em outras províncias, aqueles jornais não eram profissionais no sentido de atuarem como empresas, mas geralmente se digladiavam representando seus respectivos partidos e líderes políticos, muitas vezes eram até mesmo distribuídos com objetivo de influenciar a opinião pública. Neste formato, observa-se que as discussões sobre o conflito contra o Paraguai eram apenas mais um capítulo daquela situação (RÊGO, 2001).

Como jornal representante do grupo que exercia o poder político nos primeiros anos da guerra, os redatores de “A Imprensa” veiculavam diversas notícias sobre a necessidade de se convocar os homens que deveriam partir para o sul, deixando, como era de praxe, a última palavra sempre para o Imperador, representante e representação da autoridade:

[...] ao povo não cabe calcular o número de soldados que se fazem necessários: Quem puder bater-se, acuda ao brado solene da pátria: Venham aos mil de todas as províncias do Império. É só ao governo que cumpre dizer: ‘Basta’. Quanto ao governo tem ele nas leis os meios de levantar e organizar as forças precisas: Tem o recrutamento forçado; Tem o alistamento de voluntários; Tem o destacamento da Guarda Nacional (NUPEM, A IMPRENSA: 1865)

Citando as diferentes modalidades de recrutamento disponíveis, o periódico chama atenção tanto para o velho e temido recrutamento forçado, utilizado desde os idos coloniais – e que seria utilizado inclusive depois de findo o conflito com o Paraguai – quanto para o alistamento de homens que se dirigiam de bom grado ao conflito. Outra força considerada mais trabalhosa seria a Guarda Nacional, que possuía grande número de homens, mas em sua grande maioria, em atividades administrativas (DORATIOTO,2002) além de gozar de proteção de certos senhores. Seria nessa disputa pelos corações e mentes da população piauiense que além da imprensa, entraria em cena outra força formidável: o próprio presidente provincial e suas declarações.

### **PIAUHYENSES! ÀS ARMAS!**

Depois de deflagrada a guerra o Presidente Franklin Américo Meneses Dória (1864-1866) participa diretamente dos esforços de convocação de homens para o conflito. Seu nome surgirá nos jornais da situação como fiador da vontade nacional na província, estabelecendo uma poderosa parceria com “A Imprensa” que, em 12 de agosto de 1865, publica um comentário elogioso às figuras do Presidente Dória e da Guarda Nacional: “A Guarda Nacional, guarda da dignidade e honra do paiz, tradição viva de gloriosos e heroicos feitos da nação, tem merecido a mais accurada atenção do Exmo Sr. Dr. Franklin Dória”(NUPEM, A IMPRENSA:1865).

Nota-se a aproximação entre o governante e a milícia cidadã, além do claro apelo aos brios da instituição da Guarda Nacional. Neste momento ainda se buscava uma afirmação das qualidades da instituição que havia composto grande parte do 1º e 2º corpos de voluntários da pátria. Em outro momento, Dória afirma que os guardas nacionais sempre estiveram presentes nos mais importantes momentos de crise no Piauí, e que naquela conjuntura de guerra, eles voluntariamente se ofereceram, e nenhum dos oficiais que marcharam para a guerra fôra designado [intimado a marchar para a guerra] (NUNES IV,2007:229).

A imprensa situacionista utiliza-se dos periódicos como forma de incentivo ao sentimento de união e entusiasmo patriótico da população, visando transmitir não apenas aos homens em idade militar ideal, mas a todos os homens em idade e condições de partir para os campos do Paraguai o amor à pátria e a necessidade de se alistarem nas fileiras

do Exército (ARAÚJO,2005:266). Como demonstrativo da carência de homens para se recrutar, o trecho destacado acima afirma que ‘só ao governo’ cabe avaliar como satisfatória ou não a quantidade de recrutados para a guerra, este tipo de propaganda procurava seduzir corações e mentes com o fim de obter sem maiores dificuldades ou resistências o número de homens necessário ao chamado “tributo de sangue”.

Havia um jogo duplo por parte do governo que ao mesmo tempo em que procurava apelar para os brios e coragem da população, fazendo uma série de elogios ao número vertiginoso de homens que voluntariamente se apresentavam para combater no Paraguai, encarava com reservas os resultados que se poderia esperar de tais esforços. Esta forma de proceder pode ser vista tanto nos ofícios entre Presidentes da Província e oficiais guardas nacionais responsáveis por recrutar homens para a guerra, quanto em periódicos. Isto ocorria devido ao aumento do número de deserções logo nos primeiros meses de envio dos contingentes para o Paraguai.

Como reconhecimento desse temor em relação ao não comparecimento de indivíduos para a Guerra do Paraguai, temos um ofício assinado pelo Oficial Guarda Nacional José Canuto de Aguiar, um dos Comandantes Superiores da Guarda Nacional à época do conflito, responsável pelo recrutamento em sua região, comunica ao Presidente Provincial seus temores quanto à tarefa:

Vou empregar todos os meios ao meu alcance, a fim de ver se obtenho satisfazer o pedido de V. Ex<sup>a</sup>, reunindo alguns voluntários para o serviço de guerra, não sei, porém, se terei esse gosto, porque, como V. Ex<sup>a</sup> terá observado, o povo piauiense é demasiadamente medroso para sair da Província, e agora por causa do recrutamento, todos os homens que estão nas circunstâncias de marcharem, refugiaram-se nas matas. Em todo o caso, farei a diligência, e o resultado comunicarei à V. Ex<sup>a</sup> (APPI, CAIXA 553:1865).

Na passagem acima o povo piauiense é descrito como ‘medroso’ por adotar uma prática muito comum desde a imposição do recrutamento forçado, fato que ocorreu ainda na segunda metade do século XVIII (DIAS,1999): a fuga e esconderijo dentro das matas.

Era desanimador para os responsáveis pelo recrutamento compreender que nem a influência de certos chefes poderosos poderia influenciar a maior parte da população masculina a partir de boa vontade para a guerra, como visto em outro ofício de um oficial

recrutador, o Comandante Domingos de Brito Passos ao Presidente provincial, que afirma:

[...] minha fraca coadjuração a fim de que mediante a influência que exerço entre meus agregados e vizinhos, farei por conseguir o maior número que for possível de voluntários da pátria [...] insidiarei todas as minhas fracas forças a fim de ver se posso obter alguns voluntários (APPI, CAIXA 450: 1865).

Como parte da estratégia de influenciar os brasileiros a nutrir um ódio mortal aos inimigos paraguaios, citava-se matéria do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro “que no Rio Grande já não se trata de vencer, mas de aniquilar os paraguaios” (NUPEM, A IMPRENSA:1865). Criava-se toda uma imagem depreciativa em relação ao povo guarani, de modo a incitar o ódio dos brasileiros. Dizia-se dos paraguaios: “[...] são gente muito bisonha, atrasadíssima em civilização, sem nenhuma instrução e eminentemente preguiçosa e mandrilhona, sem espírito nem calor” (NUPEM, A IMPRENSA:1865).

A visão depreciativa em relação aos paraguaios é substituída a partir do momento em que se dá ênfase à necessidade de se derrotar López, visto como único responsável pela guerra que causava o enfrentamento e morte entre dois povos irmãos, brasileiros e paraguaios. A dita afirmação de que a guerra não era contra os paraguaios, mas contra o próprio ditador paraguaio, está presente no próprio Tratado da Tríplice Aliança, documento firmado por Argentina, Brasil e Uruguai, ao qual serviram de testemunhas diplomatas internacionais, como Edward Thornton, representante inglês. (DORATIOTO,2002). A respeito da figura e ações de Solano López, afirmava-se na imprensa escrita que

Este mancebo [Lopez] supondo-se invencível em seu reduto, oculto entre os dois rios e conservando as mesmas tradições governamentais e despóticas de seus dois predecessores [Francia e Carlos Lopez], porém destituído da capacidade e inteligência deles, não faz outra coisa depois que subiu ao poder, senão procurar contestações com Buenos Aires e seus vizinhos (NUPEM, A IMPRENSA:1865).

Toda informação que depreciasse a figura de López era imediatamente vinculada na Imprensa. Um caso que chama a atenção é o depoimento de um militar paraguaio feito

prisioneiro ainda nos momentos iniciais da guerra, José Maria Romero, então com 29 anos, tenente de cavalaria que havia lutado contra os brasileiros e sido capturado na localidade de São Gabriel – RS, teria dito aos soldados que o capturaram não gostar de Lopez, porque “[...] o seu bom senso lhe diz que Lopez é um tirano e um déspota” (NUPEM, A IMPRENSA:1865). Seria este o prisioneiro paraguaio com o qual Dom Pedro II trocou impressões sobre a língua guarani em Uruguaiana? (CARVALHO,2007).

Se o tenente Romero disse o que realmente achava a respeito de López ou se suas palavras foram distorcidas, ou se foi sugestionado a isso parte dos militares brasileiros, esse não é o caso, o exemplo acima é ilustrativo por demonstrar que havia uma verdadeira caçada a opiniões que desqualificassem as atitudes de López junto á opinião pública brasileira.

Dentro da propaganda favorável ao chamamento de indivíduos para lutar no Paraguai, além de falas presentes na imprensa escrita, os relatórios dos Presidentes da Província do Piauí apresentam várias menções ao que se chamava de heroísmo da população, como pode ser visto na fala de Franklin Dória:

Não posso deixar de dar testemunho do patriotismo com que o Piauí acudiu ao appello para o desaggravo da dignidade nacional, atrozmente ofendida pelo presidente da república do Paraguay (...) esta província não se deixou exceder por nenhuma de suas irmans em provas de civismo, e as que deu, principalmente contribuindo com um punhado de soldados para o nosso pleito glorioso, são tanto mais notáveis, quanto foram numerosas certas circunstâncias desfavoráveis com que se teve de lutar constantemente, para conservar a reunião, apprestos e remessa de tropas (...) a docilidade com que elle sujeitou-se ao imposto de sangue que há pouco lhe foi exigido, e bem assim a circunspecção e serenidade com que se portou nas ephocas, para nós ainda excepçionaes, das diversas eleições que se tem feito na minha administração. (APPI, RELATÓRIOS PROVINCIAIS:1866).

As palavras do Presidente Dória a respeito do estoicismo dos soldados piauienses eram maneiras de fazer transparecer uma confiança no compromisso dos piauienses em relação à guerra. Não se deve esquecer também que as falas dos presidentes provinciais ecoavam nos túneis do poder e chegavam ora ou outra aos ouvidos dos ministros e principalmente ao conhecimento do Imperador Dom Pedro II, então nada mais “político” e compreensível do que ilustrar com cores vivas os arroubos de coragem e patriotismo

cometidos pelos que se dirigiam ao Paraguai. Franklin Dória, futuramente tornado Barão de Loreto (PIMENTEL, 1978) era uma pessoa bastante próxima do Imperador Dom Pedro II, sendo inclusive um dos poucos que o acompanhou à Europa quando do seu exílio decorrente da Proclamação da República (CARVALHO, 2007). Porém, mesmo tendo sido amigo de Dom Pedro II, era um presidente provincial e era cobrado por isso.

Outra estratégia destinada a impulsionar a arregimentação de homens para a guerra era a forte propaganda e valorização de atitudes, muitas vezes desesperadas ou sem cabimento, tomadas por pessoas que se dispunham a ir ao palco de operações, mas que por motivos diversos eram impossibilitadas de fazê-lo, como é o caso de Jovita (Antonia) Alves Feitosa, cearense que morava em Jaicós que se apresentou vestida de homem oferecendo-se para o serviço de guerra contra o Paraguai (NUNES IV, 2007). O chefe de polícia José Manuel de Freitas foi quem enviou o comunicado ao presidente Franklin Dória. Ao apresentar-se ao Presidente Provincial, Jovita teria dito “ser o seu maior desejo bater-se com os monstros, que tantas ofensas tinham feito às suas irmãs de Mato Grosso, e vingar-lhes as injúrias ou morrer nas mãos desses tigres sedentos” (COSTA, 1974:501).

Jovita embarcou junto com o 2º corpo de Voluntários da Pátria, graduada no posto de Sargento, sendo ovacionada por onde passava aquela jovem que demonstrava ter mais coragem do que muitos homens feitos que preferiam esconder-se nos matos. Impedida de prosseguir com seus intentos de marchar para o Paraguai, tira a própria vida após uma desilusão amorosa (NUNES IV, 2007:228)

O exemplo de Jovita parece ter sido o que mais rendeu frutos na Província do Piauí, sendo visto com curiosidade até hoje pelos que se debruçam sobre os efeitos do início da guerra no Piauí. Entretanto aparecem outros exemplos além de Jovita.

O Capitão da Guarda Nacional Jesuíno Pereira do Nascimento fôra dispensado de seguir para a guerra, visto que era casado com filhos e estava com idade avançada, além de ter dois filhos que estavam na frente de batalha. O dito capitão havia tido seu pedido de entrada nas tropas brasileiras negado pelo governo imperial. Após uma segunda tentativa, finalmente consegue ser aceito no palco de guerra para, sem vencimentos, conduzir uma leva de combatentes ao Paraguai (NUNES IV, 2007:230)

Semelhante ao heroísmo do caso de Jovita, saiu no jornal *A Imprensa* no ano de 1865 a seguinte notícia:

**Patriotismo de um menino**

Lê-se no cearense: Há poucos dias apresentou-se à S. Ex<sup>a</sup>, o senhor Doutor Homem de Melo um menino de 8 a 9 anos de idade dizendo que queria seguir para o sul na qualidade de Voluntário da Pátria. S. Ex<sup>a</sup> observou que naquela idade não poderia suportar o peso das armas.

- Ao menos servirei para dar cartuchos ao meu irmão.

S. Ex<sup>a</sup> riu-se, e admirado de ver tanto patriotismo em anos tão verdes, perguntou-lhe se queria doce.

- Não, senhor, respondeu o menino; Eu quero pólvora.

Quando as crianças e mulheres do Ceará como Jovita mostram tanto entusiasmo pelo qual os homens devem envergonhar-se de que para obrigá-los a seguir para o campo de honra, o governo se veja obrigado a empregar meios coercitivos (NUPEM, A IMPRENSA:1865).

Embora o próprio Dom Pedro II autorizasse audiências públicas com seus súditos no Rio de Janeiro abertas a praticamente qualquer um interessado em apresentar-lhe alguma queixa ou simplesmente fazer uma visita de cortesia (CARVALHO,2007), é pouco provável que um Presidente de Província, naqueles dias de intenso trabalho de recrutamento visando preencher os claros que se abriam no corpo das tropas brasileiras, tivesse algum tempo – ou disposição – para palestrar com uma criança que não tinha idade de partir para o campo de batalha.

Com essa recorrência de atos de bravura de mulheres e crianças buscava-se criar uma situação de constrangimento para aqueles indivíduos que não se prestavam a marchar para os “matadouros do sul”, homens vistos simplesmente como ‘ociosos, vagabundos e covardes’ pelas autoridades responsáveis pelo recrutamento. Essa era uma estratégia bastante utilizada, porém com resultados questionáveis.

## **SOB A SOMBRA DOS RECRUTAMENTOS**

As forças armadas regulares – Exército e Armada – eram a base do esforço de guerra contra o Paraguai, porém com seus números insuficientes foi convocada a Guarda Nacional, instituição oriunda do Período Regencial e que passou por uma reforma em 1850, onde passou a ser subordinada ao Ministério da Justiça, num claro sinal de centralização administrativa.

Como milícia auxiliar do Exército a Guarda Nacional foi chamada para participar do confronto. O decreto 3383 de 21 de janeiro de 1865 estabeleceu que o conjunto das províncias, segundo sua população, forneceria 14.796 guardas nacionais para a guerra. Ao Piauí ficou a responsabilidade de fornecer 1.160 homens, tornando-se uma das províncias que mais teve de contribuir para a formação dos efetivos da Guarda Nacional destacada. Estes homens seriam distribuídos pelos comandos superiores existentes na época: Oeiras 179; Jaicós 156; Paranaguá 121; Teresina 100; Piracuruca 94; Campo Maior 92; Príncipe Imperial (atual Crateús-CE) 89; Valença 87; São Gonçalo 75; Jerumenha 65; Parnaíba 57; Barras 47 (CHAVES,2005:206). Essa distribuição totalizava 1.164 homens.

Pelo decreto citado apenas três províncias forneceriam contingentes de guardas nacionais superiores aos enviados pelo Piauí. O Rio de Janeiro deveria mandar 1.384 guardas nacionais para a guerra; Pernambuco 2.424 e a Bahia deveria contribuir com 2.440 milicianos. Maranhão e Ceará, com populações superiores à do Piauí, deveriam enviar 1.060 guardas nacionais cada. Dois decretos anteriores, endereçados aos presidentes das províncias de São Paulo e de Minas Gerais exigiam respectivamente 3 mil e 6 mil guardas nacionais, para o serviço de corpos destacados na província de Mato Grosso.

Desde 1865 surgiam problemas para o recrutamento dos guardas nacionais. Dos 57 guardas nacionais que a cidade de Parnaíba deveria enviar em um primeiro momento para a guerra, devido ao decreto citado, o comandante do recrutamento em Parnaíba afirmou ter marcado para o dia 27 de julho para que se apresentassem, mas se apresentaram apenas 12 no dia marcado (APPI, CAIXA 466:1865).

Outra estratégia foi a libertação de escravos para marchar à guerra. As fontes pesquisadas fornecem informações sobre estes homens alforriados para marchar ao Paraguai. Entretanto autores como Hendrick Kraay nos lembram que o governo imperial não invadiu a fronteira da propriedade privada dos senhores de escravos, se comprometendo a pagar pela alforria daqueles ex-escravos que partiram para o conflito (KRAAY, 1998).

Embora tenha sido utilizado no conflito, o governo raramente falava no recrutamento forçado, preferindo uma abordagem mais agradável: a criação dos

Voluntários da Pátria pelo decreto 3371 de 7 de janeiro de 1865. A estes se ofereciam vantagens como o desligamento automático da carreira militar tão logo terminasse o conflito, além de recompensas pecuniárias (DORATIOTO, 2002).

Embora com tamanha oferta de combatentes, um dos grandes problemas eram as fugas de homens que se recusavam a marchar para o sul. Regiões inteiras ficavam despovoadas frente a simples menção do recrutamento para a guerra. Entre aqueles convocados, surgiram muitos pedidos de dispensa por motivos tais como ser arrimo de família, ser casado, portador de alguma enfermidade etc.

Os pedidos de dispensa de guardas atravessam todo o período da Guerra do Paraguai. Um bom argumento não era necessariamente a garantia de dispensa do serviço destacado.

O morador da vila de Picos Joaquim Antonio de Almendra apresentou reclamação devido ao recrutamento de seu filho Manoel José de Almendra no contingente de guardas nacionais. O senhor Joaquim Antonio afirmou que seu filho era o único que podia trabalhar no sustento da família. Além disso declarou que Manoel José de Almendra “[...] é aleijado de um braço, doente da cabeça e surdo dos ouvidos”. Termina seu pedido afirmando que o rapaz foi convocado por não estar presente para ser examinado no dia da qualificação. O vigário de Picos, Francisco de Paula Mauro anexou uma carta ao pedido de Joaquim Antonio de Almendra no qual afirmou “[...] meu parochiano é muito pobre, tem scinco filhos – duas mulheres homens tres – dous menores – e Manoel José de Almendra que é maior [...] sendo o ultimo que trabalha, pois seus pais já são idosos”. O Tenente-cirurgião da Guarda Nacional Adriano Moreira Cidade declara que o rapaz possuía uma lesão no antebraço produzida por uma deslocação na articulação do cotovelo do lado esquerdo, no osso rádio, produzindo uma iminência óssea cuja compressão se tornava dolorosa. Declarou-se incapaz de verificar se Manoel José de Almendra sofria realmente dos ouvidos. O pedido foi indeferido em 15 de julho (APPI, CAIXA 450:1865).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portador de ideias de modernidade e progresso, O Império do Brasil viveu seu auge entre as décadas de 1850 e 1870. Naquele período atingiu superávits comerciais, desenvolveu sua indústria e até peitou a Inglaterra durante a Questão Christie.

O império viu surgirem cidades como Teresina, atual capital do Piauí, que teve como objetivo o desenvolvimento do comércio fluvial e alcançar a liderança do comércio na região do meio norte brasileiro. Entre outros pontos de destaque, a imprensa se desenvolveu na nova cidade, ligada principalmente ao jogo político entre conservadores e liberais.

As questões platinas, com destaque para a maior delas - a Guerra do Paraguai (1864-1870) exigiu um enorme contingente de homens para lutar pelo Império. Presidentes provinciais e imprensa se aliaram para alcançar os mais distantes e diferentes modos de vida existentes na província do Piauí. Pronunciamentos e artigos foram publicados para gerar na população reações favoráveis ao conflito com o Paraguai.

Animados pelas propagandas e exemplos como o de Jovita Alves Feitosa (1848-1867) milhares de piauienses marcharam aos campos do sul, assim como brasileiros das mais diversas províncias, e bem ou mal, cumpriram seu dever. Ao mesmo tempo, outros milhares se furtaram ao alistamento ou buscaram por diversas formas escapar ao recrutamento, por razões diversas. A guerra pode ter dado sentido a vida de muitos, embora também não fizesse sentido para outros.

De qualquer forma, as convocações na província do Piauí alcançaram seus objetivos de certa forma, auxiliados em grande parte pela imprensa escrita que buscava aliar uma imagem de nação civilizada com a coragem das nações europeias, cujas quais o Brasil utilizava como espelho.

Serão necessários muitos estudos para compreendermos as nuances da Guerra do Paraguai no Piauí, embora já contando com boas obras de referência, as relações entre mídia e poder político ainda terão muito a nos revelar sobre aquele conflito.

#### **FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS AVULSAS**

Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito – Sala do Poder Executivo  
Guarda Nacional; Guerra do Paraguai; Ministério dos Negócios da Guerra; Ministério dos Negócios da Justiça

#### **II FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS**

PIAUI. Relatório do Presidente Provincial Franklin Américo de Meneses Dória na abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa Provincial em 12 de julho de 1865. Typographia Progressista. Impresso por Manoel Victoriano Marques, 1865.



**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

PIMENTEL, Joaquim Silvério de Azevedo. Episódios Militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1978

QUEIROZ, Teresinha. Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. 2ª edição. Teresina: EDUFPI, 1998

RÊGO, Ana Regina. Imprensa piauiense: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.